

Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social

Antonio Mateus de Carvalho Soares

Sociólogo e urbanista, mestrando na Escola de Engenharia de São Carlos - EESC/USP, Av. Trabalhador Sancarlense, 400, Centro, CEP 13566-590, São Carlos, SP, email: amsoares@sc.usp.br

Carlos Geraldo D'Andréa Espinheira

Sociólogo, professor doutor na FFCH/UFBA, Rua Caetano Moura, 99, 1º subsolo, CEP 40210340, Salvador, Ba (71) 32455363, email: geyespin@ufba.br

Resumo

O artigo analisa o processo de transferência dos moradores de palafitas do Subúrbio Ferroviário de Salvador para conjuntos habitacionais do Estado da Bahia, em específico o Nova Primavera, de 2002. Além do processo de transferência menciona-se a falta de uma efetiva participação popular na elaboração do projeto, assim como as dinâmicas de habitabilidade e adaptação dos agentes envolvidos. A mudança de um ambiente aquático – palafita, para a terra firme, exige uma reordenação de vida e de *habitus* dos moradores. A transferência de um *locus* marcado pela informalidade urbano-jurídica para outro considerado formalizado tende a ser acompanhada de encargos financeiros, que os novos moradores não estão preparados para arcar.

Palavras-chave: conjuntos habitacionais. favelas. inserção social

Introdução

O conjunto habitacional Nova Primavera, inaugurado na segunda metade de 2002, com área projetada de 39.762,75 m², subdividido em 258 lotes, cada qual destinado a uma unidade habitacional de 21,37 m² e 21,80 m², reversível a duas famílias para as unidades com dois pavimentos, na 2ª Etapa do Projeto Novos Alagados – acordo firmado entre o Governo do Estado da Bahia, representado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), o Banco Mundial, a ONG Italiana AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional) e a Arquidiocese de Salvador.

Conforme memorial descritivo do Projeto Novo Alagados, que não foi seguido à risca, a intervenção objetivava: a) um programa de recuperação ambiental da área; b) a erradicação de palafitas

que avançavam sobre a Enseada do Cabrito; c) a melhoria da infra-estrutura e saneamento; d) a geração de emprego e renda; e) um programa de formação de Mão de Obra; f) a melhoria habitacional e sanitária. Um projeto ambicioso e necessário para amenizar os problemas habitacionais enfrentados pelos moradores do Subúrbio Ferroviário, em especial os de Novos Alagados.

Tendo conhecimento dos objetivos desta intervenção urbana, analisaremos se o conjunto habitacional exerce, de fato, a função de inserção social de seus moradores na cidade. Para isto explicitaremos o processo de ocupação deste *locus*, partindo do entendimento do ritual de ocupação do espaço. No caso do conjunto habitacional de Nova Primavera levaremos em consideração o processo de transferência dos moradores dos aglomerados de palafitas dos Novos Alagados, que foram alocados em suas unidades habitacionais



Figura 1: Configuração geral da intervenção

A *metástase* de Alagados – aglomerado de palafitas iniciado nos anos 40 do século XX, e que chegou próximo a cem mil habitantes nos anos 70 – constituiu Novos Alagados, localizado na Baía de Todos os Santos, na Enseada do Cabrito da península de Itapagipe, Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde viveram 11.921 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1995) em condições subumanas e degradantes em contraste com a beleza natural da enseada e dos bairros do entorno.

O conjunto habitacional Nova Primavera localiza-se à margem na mão direita do fluxo de tráfego norte da Avenida Afrânio Peixoto – popularmente conhecida como Avenida Suburbana – distante aproximadamente 300 metros da borda do mar, onde se localizava o aglomerado de palafitas (vide Figura 1).

O aglomerado de palafitas e o conjunto habitacional em estudo são espaços urbanos que, mesmo estando próximos geograficamente, possuem diferenças marcantes, a começar pela configuração urbana, em que um é ambiente sobre a água e o outro sobre a terra firme. São também dois estilos de vida e de pactos sociais tacitamente estabelecidos.

A morada em palafita construída sobre a maré na Baía de Todos os Santos consiste em um artifício habitacional de utilização inadequada do espaço aquático, que flagra nitidamente a precariedade da política habitacional do Estado da Bahia; explícita, por outro lado, a pobreza extrema de parte da população operária de Salvador. A palafita, como engenharia e arquitetura, configura um arranjo habitacional de risco, marcado pela insalubridade e acentuadas possibilidades de ocorrência de desastres, o que nos leva a considerá-la como uma

tipologia habitacional de risco, em que as possibilidades de ocorrência de desastres são consideravelmente maiores do que nas moradias estabelecidas sobre a terra. Além da suscetibilidade de imersão na maré e da falta de qualquer tipo de infra-estrutura (água encanada, esgoto, etc.) a palafita mostra-se frágil estruturalmente, construída com restos de madeiras, sendo necessário uma manutenção constante do barraco; além deste aspecto da mesma forma, ela não protege totalmente seus moradores do frio e da chuva, nem tampouco das balas perdidas, tão comuns em espaços de grande violência.

A situação de pobreza é generalizada, mas a palafita faculta a possibilidade de se alocar sobre a água, já que o acesso à terra firme é dificultado; assim, constituindo moradia, mesmo insalubre, ela configura-se como uma alternativa dos que não tem acesso a terrenos urbanos convencionais ou favelados, para milhares de pessoas que se encontram desprovidas da condição de viabilização imobiliária formal ou informal.

Os moradores das palafitas expressam uma variedade de práticas cotidianas que refletem o seu ambiente de morada; nessas práticas percebe-se claramente o envolvimento do morador da palafita com o ambiente da maré, como se efetivamente fizesse parte daquele ecossistema. Este envolvimento vai além de sua simples utilização para morada e ganha dimensão de enraizamento produtivo, no instante em que os moradores utilizam-se daquele ambiente como meio de obtenção de alimentos para auto-consumo e de pesca e mariscagem para a comercialização, obtendo com isso rendimentos.

Segundo Certeau, (1996, p.82), “as práticas são também determinadas pelo meio em que os indivíduos estão inseridos”; assim, as relações com o ambiente da maré elaboram práticas e rituais que se desenvolvem entre os moradores das palafitas na constituição das identidades e no desenvolvimento do sentimento de pertença. Por exemplo, o rito da construção das palafitas (mutirão) e das passarelas comuns a todos; mas também a pesca, a mariscagem, os banhos de mar, os mergulhos lúdicos, e os festejos com a chegada da maré de março.

Além do entendimento da transferência dos moradores do aglomerado de palafita – saída do ambiente aquático (maré) e a chegada no ambiente de terra firme, assim como os rituais adaptativos e as novas práticas de vivência que surgiram no cotidiano dos re-localizados para o Conjunto Nova Primavera – o que se investiga é o conjunto habitacional como um espaço que não consegue alcançar seu objetivo de inserção social na cidade, pois se percebe que a inserção perceptível é apenas a da estrutura física; seus habitantes não conseguem sustentar-se no social-formal, continuando como antes segregados da cidade formalizada e do bem estar social.

A cidade como pluralidade orgânica de unidades totalizadas, absorve o conjunto habitacional, em tese, e o integra em seus micro-espços formais ou informais. O conjunto habitacional quando localizado em espaços informais e desassistidos por políticas sociais de promoção humana e urbana se constitui em uma variável do planejamento “fragmentista”, que se manifesta quando a projeção urbana é concebida de maneira idealista, não considerando a realidade global da cidade e as reais condições da população que nela habita, tendo como a priori apenas o aspecto de inserção estrutural física. Com este planejamento há a continuidade das “cidades repartidas” dentro de uma cidade que é idealizada como unitária.

Com a repartição sócio-espacial urbana, observamos espaços desconectados social e economicamente dos segmentos produtivos e dos equipamentos sociais; muitas vezes, mesmo quando esses espaços se avizinham, eles se distanciam pela parcialidade ou ausência de redes de serviços e por seu status urbano. Este tipo de planejamento que se apóia no urbanismo “utilitário”¹ é nocivo à cidade, e nega o urbanismo “unitário”².

[...] o ‘urbanismo unitário’, vem ao encontro do urbanismo utilitário. O urbanismo utilitário produz ambiente destituído de significação sob o ponto de vista da vivência. Em contrapartida, o ‘urbanismo unitário’ visa fundir todas as ciências para praticá-las em função das necessidades do habitat coletivo [...](ESTEVES, 2003, p. 33)

¹ Cf. (ESTEVES, 2003) Este tipo de urbanismo se utiliza do planejamento fragmentista para a “divisão especulativa” da cidade, sendo uma variável do urbanismo progressista/funcionalista.

² Cf. (ESTEVES, 2003) Além de conceber a cidade como um espaço integrado, ambicionava possibilitar a relação simultânea entre passado, presente e futuro. A unidade preconizada neste tipo de urbanismo busca a formação de lugares emocionantes que aproximassem as pessoas e que acima de tudo desenvolvessem espaços de socialização e de contatos diretos.

O conjunto habitacional e o não atendimento da função de inserção social são resultantes da lógica capitalista de segregação social na cidade moderna em que a dualidade da cidade formal e informal, legal e ilegal, representa a posição das classes sociais e dos gradientes de riqueza e ou pobreza na expressão urbana. O urbanismo utilitário concebe os conjuntos habitacionais e fazem deles a sua representação mais ostensiva como se verdadeiramente cumprissem o que anuncia o discurso ideológico da solução da habitação popular.

A concepção urbanística e arquitetônica do conjunto Nova Primavera *invade* um espaço orgânico da cidade com sua arquitetura própria, popular e forma convencional de construir e ocupar os imóveis. Saltam aos olhos o colorido fantasia dos imóveis, como a imitar as cores do Pelourinho³ (azuis, rosas, verdes, brancos...) e, ainda mais, as escadas externas e compartimentos em balanço projetando-se no espaço; tudo isso em construções de dois pavimentos, impossibilitadas de ampliação do projeto, sobretudo o pavimento superior, ao tempo em que – e distorcendo a concepção idealizada do projeto – pode-se *fazer crescer* o “embrião”.

A exigüidade do espaço interno e a aparência frágil do imóvel dão aos seus moradores uma sensação de simulacro de moradia. A leveza exuberante das cores e a *forma* arquitetônica destoante da configuração urbano-arquitetônica do entorno são

estranhadas e estranham o ambiente como se, ao invés de inserir-se, segrega-se e viola a ordem das coisas e das expectativas de seus moradores e vizinhos.

A falta de sustentabilidade do conjunto habitacional, enquanto parte de um programa de inserção social na cidade, é visível e explicita-se pela inexistência de uma efetiva participação da comunidade envolvida, configurando-se em uma intervenção urbana dissociada de uma política social de inserção à urbanidade. Os transferidos das palafitas para o conjunto habitacional, mesmo morando em uma casa de alvenaria e em terra firme, continuam à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito à ocupação foi dado, mas o direito à cidade não

A transferência habitacional e suas implicações

Os removidos das palafitas passam a viver em uma moradia diferente, até certo ponto estranha, com novos vizinhos e com uma relativa infra-estrutura; pois, como morador da unidade habitacional, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. Estes benefícios virão acompanhados de encargos financeiros que antes não existiam. A verdadeira inserção, neste caso, é pelo lado do pagamento de tarifas, taxas e impostos. No embrião, os moradores utilizam-se de uma

³ Centro histórico de Salvador.

Figura 2: Unidade Habitacional do Conjunto Nova Primavera.

Figura 3: Barraco de Palafita de Novos Alagados. (fev.2004)
© Antonio Mateus de Carvalho Soares.



relativa infra-estrutura e não possuem subsídios financeiros para sua manutenção, pois a maioria dos moradores removidos é de desempregados ou trabalhadores sem renda fixa, que sobrevivem de biscates e atividades informais. É bom salientar que antes, na palafita, na ecologia da maré, como constituindo um ecossistema, a alimentação estava garantida, assim como a coleta de mariscos e de peixes para a venda. Com as novas despesas do final do mês, ocasionadas pelos compromissos com a nova moradia, o ex-morador da palafita é vitimado por uma desorganização orçamentária, com despesas que ele não estava preparado para assumir; esta situação pode resultar em uma segregação do social formal fazendo com que abandone e o expelirá do novo ambiente.

[...] Na verificação das alterações das condições de vida e de trabalho decorrentes da mudança radical do local e do tipo de moradia, chama atenção para os custos sociais que a remoção implicava (aumento de custo e tempo gasto com transporte, queda de renda familiar por desemprego e elevação das despesas com habitação.)” (VALADARES, 1978, p 96).

Ao serem transferidos para os conjuntos habitacionais do Governo do Estado percebe-se uma reordenação de vidas sem uma verdadeira mudança nas condições de existência dos moradores. Saindo da moradia sobre água para morar em embriões sobre a terra, tornam-se mais ainda segregados pelos novos encargos e novos estilos de vidas. Fica a memória nostálgica das relações que existiam entre as redes de convivência quando morador das palafitas; agora, aquelas formas de convivência são dissolvidas e substituídas por outras que o novo estilo de vida no conjunto habitacional proporciona e impõe.

O sentimento de pertença era visível nas relações dos moradores das palafitas a partir de múltiplos rituais (ritual de construção do aglomerado sobre o ambiente aquático, de práticas lúdicas de banhos de mar, de narrações de casos em grupos etc.), traduzindo-se em uma “territorialidade” construída historicamente. Este fator atuava como variável na formatação de um modo de vida, o que não se verifica no conjunto Nova Primavera. Eles ainda não se sentem absorvidos pelo ambiente em terra firme,

pela configuração urbana e pela arquitetura e ambiente da moradia, todas iguais, pasteurizadas, situação que pode explicar a rotatividade/renovação de moradores do conjunto habitacional. Observa-se a fala de uma moradora: *“Os barracos eram construídos por nós e de acordo com nossas necessidades. O embrião não foi construído por nós. Os embriões são impessoais e mal construídos [...]” (03/2003).*

O desenraizamento com a transferência é percebido nas falas dos moradores, nas lembranças das histórias de vida e nas memórias nostálgicas das palafitas; boas e más lembranças são trazidas para o discurso dos entrevistados. Quando falam do Conjunto Nova Primavera referenciam mais os pontos negativos do que os positivos. Outra dimensão perceptível nas falas refere-se ao paradoxo em relação à aceitação ou não da unidade habitacional como moradia. Há um consenso de que o embrião possui uma qualidade física superior à das palafitas. Eles admitem que o “embrião” – unidade habitacional – possui uma estrutura melhor. Sentem saudades e falta da vida nas palafitas, contudo não desejariam voltar a morar sobre a maré. Mas não estão satisfeitos com os embriões.

A re-localização a que os moradores das palafitas foram submetidos sugere uma ação arbitrária. A participação na decisão de mudar não foi efetiva, houve apenas uma simulação de discussões com a população, manipulação de informações e construção ideológica de argumentos em favor da saúde, da segurança, do meio ambiente etc., pois a planificação do Conjunto Nova Primavera já estava pronta antes mesmo da consulta popular.

[...] um dos fatores que podem bloquear a participação popular nas decisões de urbanismo, é a interiorização do estigma da pobreza, o que faz com que muitos se considerem incapazes de tomar parte em decisões desse tipo [...] participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação, pressupondo um conhecimento de rituais democráticos, é necessária, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da Participação. (NUNES, 2002, p. 11).

Os moradores, assim como antes, continuam condenados a uma vida de inúmeras dificuldades, onde a situação de empobrecimento é uma constante. A inserção urbana esperada não foi conseguida; com o conjunto habitacional eles tiveram direito apenas à ocupação do espaço, sem, contudo, inserir-se no tecido urbano, com seus direitos garantidos à cidade. A conseqüência mais imediata é o despertar do anseio e da volúpia de obter um ganho com a transferência do imóvel para outros e seguir adiante para ocupar um “Novos Alagados”, ou encostas e vales através de invasão imobiliária. Este mecanismo de frustração/compensação é também uma ação imobiliária de caráter especulativo a um nível inferior da escala social. A expectativa ideológica de passividade e gratidão da “pobreza franciscana” por parte dos agentes governamentais e dos agentes das classes dominantes é quebrada com as formas de “operar” o sistema desenvolvidas pelos agentes populares.

O planejamento de obras urbanas voltadas para a população de baixa renda, quando construídas desvinculadas de uma efetiva participação popular, não fomenta possibilidade de inserção dos moradores no social formal. O planejar por si só não possui autonomia de criar realidades próprias para uma população como a de Novos Alagados em situação de risco e de extrema violência ostensiva. Por outro lado, participar, ou participação, não é ouvir ou dar opinião, mas fazer e fazer-se parte de um projeto, ou seja, ser também modificado no projeto e pelo projeto, como um *projeto* social em si mesmo. Eis o paradoxo encontrado no caso em estudo. Há uma projeção urbano-arquitetônica, mas não há uma projeção social do sujeito. As pessoas são problemas e continuam sendo como tais; não são o objetivo do conjunto habitacional, mas este é que é o objetivo final desse planejar: a forma, não importando o conteúdo, os moradores. Neste sentido, o Conjunto Habitacional é feito pelo construir e não pelo morar.

O conjunto habitacional e a dissimulação da inserção urbana

As favelas e invasões se intensificam em todas as grandes cidades brasileiras; São Paulo e Rio de Janeiro lideram o ranking de crescimento, seguidas

por Salvador, Recife, Belo Horizonte. No caso de Salvador, o processo de expansão deste tipo de área, considerada informal, inicia-se por volta de 1945, se mostrando presente atualmente como parte integrante do fenômeno urbano e variável da especulação imobiliária. É uma forma de *habitar* e de construir habitats.

Como alternativa para atender a esse crescimento urbano, como solução os conjuntos habitacionais e os primeiros são os das décadas de 1960 e 1970. Segundo a pesquisadora do Lab/Habitar-UFBA, Ângela Gordilho:

[...] Na consolidação do mercado imobiliário dos anos 60 até os anos 80, destaca-se, sobretudo, a produção habitacional através dos financiamentos promovidos pelo BNH/SFH (Lei nº 4.380), visando promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda, que foram responsáveis por uma ampla produção do parque imobiliário e da infra-estrutura urbana; apenas pela URBIS, na RMS – Região Metropolitana de Salvador, foram produzidos em torno de 45 mil unidades habitacionais, até meados dos anos oitenta. (GORDILHO, 2002, p. 170).

Conforme tabela de formas de ocupação na configuração urbana de Salvador, percebe-se que os conjuntos habitacionais correspondem a 10,88% das formas de habitação. Tendo Salvador uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (IBGE-Censo 2000), onde a sua maioria é vítima da má distribuição de renda.

[...] Salvador tem uma distribuição de renda que reflete um grave quadro de pobreza. Segundo o IBGE, em 1990, 40,1% da população da RMS não tinha rendimento ou vivia de benefícios. Quase a terça parte dos habitantes ganhava até 2 salários mínimos. Ao se agregar a estes a faixa dos que ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, e considerando parte da população sem rendimento (segundo os percentuais relativos das duas faixas de renda acima), o índice de pobreza aproximava-se de 75%. Além disso, cerca de 52% dos trabalhadores encontram-se no mercado informal de trabalho. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p 200).

Município de Salvador - Formas de Ocupação na Configuração Urbana				
Classificação*	Áreas (Km ²)	Áreas (ha)	% Município	% Habitação
Ocupação antiga (até a década de 1920)	9,61	961	3,43	8,45
Vilas habitacionais	0,36	36	0,13	0,32
Loteamentos privados	47,52	4.752	16,96	41,8
Ocupação coletiva por invasão	16,33	1.633	5,83	14,36
Conjuntos habitacionais	12,37	1,237	4,42	10,88
Loteamentos públicos	2,87	287	1,02	2,52
Outros tipos de parcelamento informal	20,51	2,051	7,32	18,04
Insuficiência de dados	4,13	413	1,47	3,63
Área ocupada c/ predominância de habitação	113,7	11,37	40,58	100
Grandes equipamentos	20,25	2,025	7,53	-
Área total ocupada	133,95	13,395	47,81	-
Áreas verdes e/ ou livre, elementos hídricos e vias	146,19	14,619	52,19	-
Área continental do município	280,14	28,014	100	-
Área insular do município	32,86	3,286	-	-
Área total do município**	313	31,3	-	-

Fonte: Gordilho-Souza, Angela. Limites do Habitar. Tese de Doutorado, FAUSP, 2000.

* Classificação estabelecida conforme metodologia de pesquisa, tendo como base o mapeamento Formas de Ocupação Habitacional na Cidade do Salvador, 1940/1991, FAUFBA/CNPq, 1991/97

** Dado oficial do IBGE- Censo, 1991, Bahia, Governo do Estado, CEI/CONDER, 1994b, p. 185

Figura 4: Formas de Ocupação na Configuração Urbana

O conjunto habitacional passaria a ser entendido como uma alternativa de inserção social, contudo estas inserções mostraram-se incompletas. A história dos conjuntos habitacionais em Salvador é contemporânea à história dos conjuntos habitacionais no Brasil, com aproximadamente 60 anos de existências. O conjunto Nova Primavera, objeto deste estudo, é o mais novo complexo habitacional para população de baixa renda (menos de dois salários mínimos), instalado em Salvador, não apenas – ou não por isso – como parte da política habitacional, mas como proposição de substituição de paisagem e valorização de área ocupada pela pobreza.

O Aterro dos alagados, nos anos 1980, foi viabilizado pela constituição de uma empresa estatal, a AMESA (Alagados Melhoramentos S.A.), quando, na época, o vazio urbano às margens da Avenida Suburbana era notório. Simbolicamente, aterrar Alagados era como promover o esquecimento de uma situação e o apagar de uma imagem que, como outras da “baianidade”, identificavam a Cidade da Bahia. Novos Alagados, como metástase de Alagados, foi a solução popular para o problema não resolvido, apenas dissimulado, do acesso à habitação popular em Salvador. A borda do mar –

denominada localmente como a maré – parecia ter “vocaçãõ” para o assentamento da pobreza, pois foi assim que, na década de 40 do século XX, por falta de política fundiária urbana os pobres conquistaram a superfície das águas de mangues e do mar para estender o intrincado labirinto de palafitas.

Sem se ater às questões humanas, na dimensão do social e sem políticas sociais, o conjunto Nova Primavera é a representação do simulacro urbanístico e político de atenção social. Eis um exemplo da situação atual reportada pelo Jornal A TARDE em matéria de uma página com a seguinte manchete:

“CASAS RACHAM EM NOVOS ALAGADOS”:

[...] A alegria de receber casa nova transformou-se em pesadelo para os moradores do Conjunto Nova Primavera, em Novos Alagados. Entregues a partir de 2001, as novas moradias estão cheias de rachaduras e sendo invadidas constantemente por água de esgoto, para desespero dos moradores. Essas habitações fazem parte do Programa Ribeira Azul e abrigam famílias que moravam em cima de palafitas. Além de paredes rachadas, na parte mais baixa loteamento os esgotos estão retornando para

dentro das casas porque o terreno fica abaixo do nível do mar. Para completar o quadro de dificuldades, os moradores (pessoas de baixa renda ou sem nenhuma) afirmam que não têm condições para pagar as mensalidades e as contas de água, que chegam com preços altos. (Jornal A Tarde, 22/04/2004, p. 5).

O “calo” urbano, que é o conjunto habitacional, há tanto tempo maltratando as cidades, os bairros e os moradores, é mais um atrativo para empreiteiras e para a incorporação imobiliária. Sem fazer com que os moradores se *fizessem*, eles próprios, parte do projeto de “melhoria” urbana, e de vida social, esses conjuntos habitacionais, tão ostensivamente precários, não têm sustentabilidade⁴, assim como os seus moradores não têm auto-sustentação. Como consequência desta condição e da situação que configuram o tipo de ação governamental, a construção de conjuntos habitacionais torna-se mais uma estratégia de empreiteiras e incorporadoras imobiliárias do que uma efetiva preocupação social com os moradores.

A perspectiva do planejamento urbano e o discurso técnico-político, tecnocrático, podem ser analisados a partir da seguinte observação:

A sociedade contemporânea é pródiga em ler e traduzir as condições sociais através de números correlacionados em tabelas e gráficos, em indicadores de situações de vida. Este procedimento sintético muitas vezes camufla, e por vezes anula, a existência de atores sociais em seus jogos cênicos, nos quais destinos pessoais estão alinhados ao esforço cotidiano de toda a uma coletividade, seja ela expressa no conjunto da cidade, seja na configuração de paisagens menores, bairros ou mesmo ruas. As práticas sociais cotidianas passam despercebidas dessa leitura e dessa tradução que desconhecem os destinos pessoais, as subjetividades e tomam como referenciais tão somente os dados que ligam essas pessoas ao conjunto organizado do que se poderia considerar como estrutura social. Assim, os níveis de renda, medidos pelo salário mínimo, diriam das condições de vida de uma população, ou PIB a renda per capita, a riqueza de um país. Mas não estão presentes os sentimentos, os modos de ser, os gestos

e as falas, a alma e humor, as expressões da existência. (ESPINHEIRA, 1999, p.72).

O arruinamento precoce de outro conjunto habitacional, também parte do mesmo projeto de “melhoria” urbana com a substituição das palafitas, denominado Araçás, é logicamente explicado, em um tom de situação inelutável, por ter sido construído “praticamente em cima do manguezal e o terreno precisa de um tempo de adensamento de, no mínimo, cinco anos, para se saber como vai ficar”. Eis que uma explicação técnica do gestor da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia vai de encontro à preservação ambiental ao tempo em que confessa a pressa e o erro técnico de avaliação da base geológica do terreno em que se ergueram as casas. Mas, se neste caso o “massapé”, terreno movediço, foi o responsável, no de Nova Primavera os danos mais gerais são da engenharia utilizada. Eis, assim, uma demonstração do que foi dito como tese: os conjuntos são, antes de mais nada, para as empreiteiras e para as incorporadoras imobiliárias e se apresentam como dissimulação de política habitacional popular.

Conclusão

A prioridade dada à retirada das palafitas e à construção desses conjuntos habitacionais está relacionada com a urgência da revalorização urbana da área de borda da Baía de Todos os Santos a ser incorporada à dinâmica da economia turística de Salvador. Eis que, como efeito secundário, e de modo colateral, moradores pobres são atendidos e deserdados do mar para a segregação em terra.

A inserção urbana dos conjuntos habitacionais como calos urbanos, no exotismo “pós-moderno” de uma arquitetura a imitar, em suas cores levianas, a imagem cultural do Centro Histórico – Pelourinho, revela a falácia da “política habitacional”, assim como explicita a sua dissimulação. Aos pobres a pobreza e a enganação. Os antigos conjuntos habitacionais – dos quais, no Rio de Janeiro a Cidade de Deus é uma referência – não se integraram à paisagem, assim como, como desintegraram os seus moradores da sociedade, da sociabilidade, inscrevendo-os na barbárie. Os conjuntos, alguns, são pesados Carandirus e neles os seus moradores

⁴ Envelhecem antes do tempo e se deterioram, comprometendo os moradores e o ambiente urbano do entorno.

são prisioneiros de uma urbanização que violenta a população e a própria imagem da cidade. Esses conjuntos são invasões legitimadas pelo urbanismo “fragmentista” que violenta a existência.

A participação popular em projetos de requalificação urbana que os envolve como os principais atores é mera forma de engenharia social em busca de consenso. Líderes são reconhecidos e elevados à condição de interlocutores privilegiados e operam como sentinelas avançadas dos gestores e ideólogos do projeto.

No sentido de estimular a participação das comunidades nos projetos de intervenção de áreas urbanas, a organização dos atores envolvidos é fundamental para o estímulo à participação. Sendo função dos órgãos intervencionistas, a “capacitação preparatória” para o debate deve ser uma atitude de seriedade e comprometimento com a democracia participativa, como recomenda o Estatuto da Cidade. Observa Gramsci (1996) que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por ela mesma’ sem se organizar no (sentido amplo); e não existe organização sem os intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes”. No caso, os “intelectuais orgânicos” são técnicos da “engenharia do consentimento” que cooptam os ocupantes das palafitas e os transformam em *moradores* de conjuntos habitacionais.

Resta à população o consolo de algum atendimento às suas queixas, do ouvir as lamúrias e de saber que são felizardos porque agora estão morando em terra firme, em construções de alvenaria, com infra-estrutura e pagando tão somente 10% do salário mínimo por mês para amortizar o imóvel “embrião” que, como todo embrião, *deve* crescer, se expandir. Mas, 10% do que não existe é muito elevado, pode até ser 100% do que se tem. Dentro da exigüidade da habitação, que não chega a ser casa ou moradia, mas tão somente unidade habitacional, os deserdados do mar e segregados em terra se preparam para a conquista de um novo lugar, não na terra e na habitação prometida, mas na invasão, a próxima, com a qual eles sonham resolver o seu habitar.

Bibliografia

- A TARDE. Casas racham em Novos Alagados. Salvador: Jornal A TARDE. Caderno Local, edição de 22/04/2004, p. 05.
- A TARDE. Palafitas e embrião. Salvador: Jornal A TARDE. Espaço do Leitor, edição de 20/03/2003, p. 03.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CONDER (BA). PROJETO MINTER. Novos Alagados – Salvador – Bahia – Brasil. Salvador: 1996. [s.p.]
- CONDER (BA). Plano de Re-assentamento e Melhoria Habitacional. Projeto Novos Alagados 2ª etapa. Março, 2000
- ESPINHEIRA, Gey. A casa e a rua. In Cadernos do Ceas, nº 145 (pp. 24-38), Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1999.
- ESTATUTO DA CIDADE, guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei Federal. no. 10.257, de 10 de julho de 2001.
- ESTEVES JÚNIOR, Milton. Da realidade do planejamento fragmentista à utopia do Urbanismo Unitário: o medo e o cuidado dos urbanistas na hora da projeção urbana. In Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade/ Milton Esteves Júnior e Urpi Montoya Uriarte (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- URIARTE, Urpi Montoya, ESTEVES JÚNIOR, Milton (orgs.). Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.
- NUNES, Débora. Pedagogia da Participação – Trabalhando com comunidades/ tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/ Quarteto, 2002.
- RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (orgs). Reforma Urbana e Gestão Democrática – promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. 5ª. Edição. São Paulo – SP: Hucitec 1988
- SOUZA, Angela Maria Gordilho. Limite do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.
- SOARES, Antonio Mateus de C. A cidade como ambiente do homem. In: Revista MSA. Ano 1 – No. 4- Julho/Agosto. pág. 08 e 11, Salvador, 2003.
- VALADARES, Lícia Prado. Passe-se uma casa: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro: Zahar, 1978.